

**ACTA N.º 05/2008 – Reunião de 14 de Novembro de 2008**

1 -----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**-----  
2 -----**REUNIÃO 14 DE NOVEMBRO DE 2008**-----  
3 -----**ACTA NÚMERO CINCO / DOIS MIL E OITO**-----  
4 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Lúcia Maria Silva Poseiro;  
5 **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** –  
6 Ivo Gonçalo Rodrigues Faustino.-----  
7 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro,  
8 Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício, Luís Francisco Campos Silva, Paulo Sérgio  
9 Antunes Ferreira, Cândido Manuel Patuleia Mendes, Luís Manuel Biscaia Almeida,  
10 Carlos João Fernandes Pereira Fonseca, Carlos Fernando Faria Duarte, João Manuel  
11 Gomes Mendonça, M.<sup>a</sup> Norberta Ponte Ferreira Santos, António Antão Martins Ventura,  
12 Jorge Manuel Franca da Silva, Victor Manuel Ferreira da Costa, Ivo Gonçalo Rodrigues  
13 Faustino, Paula Isabel Fernandes Maurício, Maria Graça Romão Jesus Rua, José  
14 Augusto Marcelino, António Fernando Lopes, M.<sup>a</sup> Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira,  
15 Hugo Alexandre Santos Vicente, José Victor Ribeiro Silva, Pedro José Oliveira Rebelo  
16 Ângelo, José Manuel Gonçalves Vieira, José António Oliveira Gordinho Leonardo,  
17 António Maria Costa Timóteo e Francisco Henriques Ferreira. -----  
18 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor  
19 Presidente da Câmara Luis Alberto Camilo Duarte, o senhor vice-Presidente da Câmara  
20 João Carlos Barreiras Duarte, os senhores vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana  
21 Monteiro Martins, José João Jesus Ferreira, António Joaquim Correia Fialho Marcelino,  
22 Bruno António Martins Santos e Mário Gomes Morgado e o Assistente Administrativo  
23 Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----  
24 -----Pelas 21.30 horas a senhora Presidente da Mesa declarou aberta a sessão  
25 que decorreu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município do Bombarral.-----  
26 -----**PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI:** O senhor Presidente da  
27 Câmara disse que esta proposta tem uma pequena modificação em relação à do ano  
28 anterior: os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI baixaram de 0,35 para 0,30.  
29 Comparativamente aos concelhos da nossa região, esta é uma proposta com índices  
30 baixos para poder haver atractividade ao nosso concelho. -----  
31 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que o PS se congratula com a  
32 proposta apresentada, tanto mais que partiu dos vereadores do PS, por acharem que  
33 devia haver uma correcção à injustiça fiscal, dado que os coeficientes de avaliação  
34 estão demasiado elevados. O senhor Presidente da Câmara apresentou uma taxa de  
35 0,35 que mantinha o valor do ano anterior. Acharam essa taxa demasiado alta, tendo  
36 em vista as matérias colectáveis e propuseram uma taxa de 0,25 que a Câmara  
37 Municipal não aceitou, ficando finalmente nos 0,30 que, do mal o menos, é um  
38 abrandamento na carga fiscal. O senhor Presidente da Câmara, ao longo do mandato,  
39 tem levantado a bandeira de que a taxa do IMI no Bombarral é das mais baixas no  
40 Oeste, o que é falso porque os contribuintes estão a pagar mais do que noutros  
41 concelhos, porque o senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais ainda não repôs  
42 os coeficientes, que na opinião de todos são demasiado elevados. O senhor Presidente  
43 da Câmara está no terceiro ano do mandato e há 3 anos que o PS anda a alertar o

## ACTA N.º 05/2008 – Reunião de 14 de Novembro de 2008

44 senhor Presidente da Câmara para esta questão. Noutros concelhos a situação já foi  
45 resolvida porque os responsáveis autárquicos bateram à porta do Secretário de Estado  
46 dos Assuntos Fiscais para resolver o problema. Não têm conhecimento que o senhor  
47 Presidente da Câmara tenha tido alguma audiência na Secretaria de Estado dos  
48 Assuntos Fiscais, pelo que continuamos a pagar valores elevados, o que coloca o  
49 Bombarral numa situação confrangedora em relação a outros municípios. Tanto mais  
50 que outros municípios têm aproveitado a faculdade que a lei permite de reduzir o IRS  
51 até 5% e da parte da Câmara Municipal de Bombarral não parece haver essa intenção.  
52 O PS acha que o IMI também deve funcionar como um instrumento na política de  
53 reordenamento urbano do território. Sabem que já existe um levantamento de parte dos  
54 prédios urbanos degradados, mas não têm conhecimento do número de prédios  
55 comunicados à Direcção Geral de Contribuições e Impostos para que esta, no seu  
56 processo informático, majorasse em 30% a carga fiscal desses prédios. Um ano passou  
57 e os proprietários dos prédios urbanos degradados não tiveram qualquer penalização. -  
58 -----O senhor Presidente da Câmara disse que, no que é a competência directa  
59 do Município do Bombarral, temos dos impostos mais baixos a nível nacional, sendo  
60 mesmos os mais baixos a nível do Oeste. Ainda recentemente em Rio Maior, foi tomado  
61 como referência o Bombarral quando se discutiu esta matéria. No que é competência  
62 do Governo, lembrou que em 03.03.2006, aquando da visita do senhor Governador Civil  
63 de Leiria ao Bombarral, pediram para ser agendada esta problemática para o Governo  
64 tomar medidas. Em 18.10.2006 a Direcção de Finanças informou que este assunto foi  
65 enviado para a entidade competente. A 27.06.2007 o perito local elaborou um pedido  
66 para rectificação com efeitos retroactivos. A 27.12.2007 fundamentaram e reforçaram a  
67 necessidade de corrigir esta situação. A 22.04.2008 a Direcção dos Serviços Avaliação  
68 respondeu a um ofício da Câmara Municipal confirmando a apresentação da proposta à  
69 CNAPU para aprovar e rectificar a proposta de correcção dos coeficientes. A  
70 23.09.2008 enviou um ofício a solicitar informação sobre o ponto de situação. A  
71 30.09.2008 foi informado que o processo se encontrava concluído, aguardando decisão  
72 do senhor Ministro das Finanças. A 07.11.2008 voltaram a insistir nesta matéria. Desde  
73 o início do mandato que têm estado permanentemente em cima do assunto, pelo que  
74 se está a tentar remeter para cima da Câmara responsabilidades do Governo, devido á  
75 morosidade em despachar e homologar este processo. É pena que ao longo deste  
76 período todo não tenham contribuído para ultrapassar de forma mais célere este  
77 problema. O que cabe ao município é tentar ultrapassar este constrangimento. A  
78 proposta hoje presente é baixíssima em relação ao praticado noutros Municípios.  
79 Quanto aos prédios degradados disse não haver nenhuma medida neste momento para  
80 que as Finanças reúnam condições para cumprir o agravamento. -----  
81 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse ter ficado estupefacto por aparecer  
82 uma proposta de majoração quando não estão reunidas as condições para a sua  
83 aplicação. Quanto ao elencar de todo o trabalho que o senhor Presidente da Câmara  
84 teve, acha que foi um trabalho de secretaria tendo faltado o empenho pessoal de se  
85 dirigir a Lisboa, marcando uma audiência com o senhor Secretário de Estado dos  
86 Assuntos Fiscais, porque muitas vezes estas situações não se resolvem com papéis. À

## ACTA N.º 05/2008 – Reunião de 14 de Novembro de 2008

87 Câmara Municipal interessa ter coeficientes de zonamento elevados, porque isso lhe  
88 engrossa o orçamento. O senhor Presidente da Câmara devia ter-se empenhado mais  
89 para resolver esta questão com as entidades competentes. Os vereadores do PS não  
90 podem marcar audiências com Secretários de Estado ou Ministros, porque não  
91 representam institucionalmente a autarquia. Os vereadores do PS estão disponíveis  
92 para irem a Lisboa com o senhor Presidente da Câmara, para conversarem com quem  
93 de direito com vista a resolverem este problema. -----  
94 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse estar verdadeiramente  
95 estupefacto. Todos têm ouvido dizer que grande parte dos negócios políticos deste país  
96 se fazem através da cunha e do compadrio. Agora ouvir aqui um responsável do PS na  
97 Assembleia Municipal dizer que os meios normais de comunicação com a  
98 administração central não são a maneira de resolver os problemas e que se tem de ir  
99 bater às portas dos Ministros para pedir por favor aquilo a que temos direito, é  
100 inacreditável. Quando existem meios normais de ligação entre os órgãos devem ser  
101 utilizados, questionando se será preciso ir levar umas garrafas de vinhos aos Ministros  
102 para resolver os problemas. É inacreditável em 2008 ouvir um responsável do PS dizer  
103 que a maneira de resolver os problemas é através da cunha ou do favorecimento.-----  
104 -----O senhor José Victor Silva (PS) disse que não falou em cunha ou  
105 favorecimento. É necessário pôr as coisas nos seus termos. A única coisa que disse é  
106 que devia ter sido pedida uma audiência.-----  
107 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) disse continuar a achar que quando se  
108 refere que a solução para ultrapassar os meios normais de ligação entre a  
109 administração local e a administração central, o que pode inferir é que a forma de  
110 ultrapassar os meios normais chama-se aquilo que entendeu.-----  
111 -----O senhor Victor Costa (PS) disse ser conhecido por ser um membro da  
112 oposição moderado, considerando que as oposições devem ser moderadas e  
113 construtivas. É capaz de traduzir o que o senhor José Victor Silva quis dizer e que é  
114 que um Presidente da Câmara fez todos os ofícios e bem, mas dado o tempo que  
115 decorreu desde os primeiros ofícios, faltou ir lá. O único defeito que o senhor Presidente  
116 da Câmara teve neste processo foi não ir lá chatear, porque não indo as coisas correm  
117 mal. Lembrou que quando se fez a escola preparatória, foi-se ao Ministério da  
118 Educação vezes sem conta até vir o que necessitavam. -----  
119 -----A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU), em relação ao IMI, disse que  
120 de facto os valores propostos são perfeitamente aceitáveis e não são motivo de  
121 diferendo em nenhuma das bancadas. Pressupõe-se quando se elege um executivo  
122 que está eleito para actuar, assim como quando se elege um Governo este terá por  
123 função governar pelo bem comum. Pressupõe-se não ser necessário andar a bater às  
124 portas. O que está mal é um Governo que não actua e um Ministro que não despacha e  
125 que está a prejudicar deliberadamente os bombarralenses. Em relação à actuação do  
126 executivo haverá muitas razões para apontar o dedo, como quando se fica a saber que  
127 não é possível aplicar a majoração constante da proposta, -----  
128 -----O senhor Pedro Ângelo (CDS) disse que estamos mais uma vez a discutir as  
129 taxas do IMI. Olhando para acta de há um ano atrás, os argumentos continuam os

## ACTA N.º 05/2008 – Reunião de 14 de Novembro de 2008

130 mesmos, achando curiosa a mudança de atitude da CDU, quando há um ano atrás se  
131 preocupava com as taxas em apreciação e” a situação gravosa para a instalação de  
132 novas famílias e para a compra de habitação própria no nosso concelho”. Se existe  
133 algum consenso em relação aos valores, continua a considerar que as taxas deviam ser  
134 revistas em baixa, até porque as colectas continuam a ser elevadas para os municípios,  
135 em comparação com outros concelhos. As condições económicas são cada vez mais  
136 difíceis para todos e os tempos que se avizinham não serão fáceis. No Bombarral  
137 continua-se a esquecer estes pormenores e a aplicarem-se os mesmos valores do ano  
138 passado, e de há 2 anos. Devia ter havido mais boa vontade na redução efectiva das  
139 taxas até os coeficientes serem revistos, isto num período transitorio. Em relação á não  
140 aplicação das penalizações nos imóveis degradados, nem valerá a pena comentar, por  
141 mera perda de tempo. Conforme foi referido pelo Sr Presidente no inicio da intervenção,  
142 existiu um amplo concenso entre todas as forças politicas na proposta apresentada,  
143 mas o CDS nem foi consultado neste assunto, nem se revê na proposta apresentada,  
144 pelo que em nosso entender devia ter havido a preocupação do executivo em  
145 diferenciar o que é 1.ª e 2.ª habitação e o espaço urbano da vila do espaço urbano rural  
146 e no que são os espaços comerciais arrendados com menos de 100 m<sup>2</sup> poder-se-ia  
147 considerar uma isenção por algum tempo. -----  
148 -----O senhor Luis Biscaia (PSD) congratulou-se com os valores propostos que  
149 são actualmente os mais baixos da zona Oeste. Não são os que mais desejariam mas  
150 as politicas autárquicas que o Governo tem seguido não ajudam a baixar mais os  
151 valores. O senhor Presidente da Câmara mostrou que sabe ouvir a oposição e  
152 consegue chegar a consensos. Este ponto é para falar do IMI, mas conseguiu-se falar  
153 de tudo, porque não havia nada para dizer sobre o IMI.-----  
154 -----O senhor Presidente da Câmara disse que como o enfoque hoje dado foi no  
155 sentido da responsabilização do Presidente da Câmara por um acto do Governo,  
156 considerou confrangedor ouvir este tipo de argumentos, quando deviam estar todos  
157 imbuídos do espírito de servir o concelho, ainda para mais quando a lei diz que estes  
158 valores são revistos de 3 em 3 anos e nem isso o Governo cumpriu, mas isso o senhor  
159 José Victor Silva não apontou na sua intervenção. O que interessa localmente é dirigir a  
160 atenção para o poder local mesmo não sendo responsável pelas medidas. Enquanto  
161 bombarralense nunca pensou ver pessoas pelas quais tem consideração, assumirem  
162 papéis de subserviência. A proposta foi aprovada em consenso e por unanimidade e  
163 não apresentada por nenhum partido. O Presidente da Câmara propôs 0,35 na  
164 discussão foi proposto outro valor e, por consenso foi aprovado 0,30. -----  
165 -----O senhor Fernando Lopes (PS) considerou que o senhor Presidente da  
166 Câmara parece querer atribuir as culpas ao Governo, mas ainda há pouco reconheceu  
167 que a Câmara Municipal não teve capacidade de organizar uma lista dos prédios  
168 degradados. Disse não estar em causa que o PS propôs uma taxa de 0,25. Considerou  
169 ter faltado o enfoque à falha da Câmara nos prédios degradados. -----  
170 -----Foi deliberado por maioria com 25 votos a favor (13 do PSD, 9 do PS e 3 da  
171 CDU) e 1 voto contra (1 do CDS) aprovar a seguinte proposta: “Considerando a entrada  
172 em vigor em 13 de Novembro de 2003 do CIMI aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/03, de

## ACTA N.º 05/2008 – Reunião de 14 de Novembro de 2008

173 12 de Novembro, que no nº 8 do seu artigo 112º estipula que as deliberações da  
174 Assembleia Municipal devem ser comunicadas até 30 de Novembro à Direcção-Geral  
175 dos Impostos; Considerando ainda o disposto no nº 1 do artigo 112º, alíneas a), b), c), e  
176 no nº 7 do mesmo artigo, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis,  
177 aprovado pelo Decreto-Lei 287/03, de 12 de Novembro; Proponho que a Assembleia  
178 Municipal em reunião do dia 14 de Novembro de 2008 aprecie e vote as seguintes taxas  
179 para o ano 2009: a) Prédios rústicos – 0,8% b) Prédios urbanos – 0,6% c) Prédios  
180 urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,30 d) Prédios degradados – agravar  
181 (majorar) em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados.”-----

182 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

183 -----**ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE –**

184 **OESTECIM:** A senhora D. M.<sup>a</sup> Los Angeles Oliveira (CDU) disse que este tipo de  
185 comunidade faz-lhe lembrar o imenso tempo e o imenso dinheiro que andaram a gastar  
186 com a célebre Comunidade Urbana do Oeste, com a constituição dos órgãos da mesma  
187 e com as imensas discussões, que foram tendo sobre os benefícios daquele modelo em  
188 vez da regionalização, e continuam a arranjar associações em cima de associações, a  
189 mudar estatutos e a eleger órgãos que não se sabe como acabam. Assim se brinca  
190 com a regionalização. Esta comunidade intermunicipal vai substituir outra que nasceu  
191 morta. Espera que esta se mantenha moribunda desde que sirva para se poderem  
192 candidatar aos fundos comunitários. -----

193 -----Foi deliberado por maioria com 23 votos a favor (13 do PSD, 9 do PS e 1 do  
194 CDS) e 3 abstenções (3 da CDU) aprovar a proposta de estatutos da Comunidade  
195 Intermunicipal do Oeste – OesteCIM. -----

196 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----

197  
198 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 22:20 horas, foi a reunião encerrada e  
199 lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela  
200 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

201  
202 A Presidente:

203  
204 O 1.º Secretário:

205  
206 O 2.º Secretário:

207